

RECOMENDAÇÃO

Adopção de linguagem inclusiva em todos os documentos municipais

Considerando que:

1. A Constituição da República Portuguesa estabelece como tarefa fundamental do Estado ***“promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais”*** (artigo 9.º, alínea d) da Constituição da República Portuguesa);
2. Mais estabelecendo, enquanto tarefa fundamental do Estado ***“promover a igualdade entre homens e mulheres”*** (artigo 9.º, alínea h) da Constituição da República Portuguesa);
3. Vinte anos depois da adopção da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing são muitos os desafios e as dificuldades na promoção da igualdade de género e no empoderamento das mulheres. Nas Nações Unidas discute-se a agenda de Desenvolvimento do Pós 2015 enquanto as mulheres continuam a lutar contra a pobreza e por uma mudança política, social e cultural que lhes permita uma vida digna e uma cidadania plena;
4. A contestação feminina ao uso de linguagem sexista e a luta pelo reconhecimento de direitos civis e políticos não é nova. Em 1791, Olympe de Gouges escreveu a Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne, em resposta à Déclaration des droits de l’homme et du citoyen. A sua luta pela igualdade custou-lhe a vida;
5. Em Portugal, a nível legislativo é de assinalar a aprovação da lei que tornou a violência doméstica crime público e a lei da paridade. No entanto, os desafios e as dificuldades na promoção da igualdade de género são imensos;
6. As mulheres em Portugal enfrentam também um nível insatisfatório de consciência e sensibilização para as questões de género por parte do governo e nas estruturas da administração pública;
7. Para além da partilha desigual das responsabilidades entre mulheres e homens na gestão da vida familiar baseada nas representações em função do género dos papéis sociais, da desigualdade salarial entre homens e mulheres, da elevada taxa de desemprego e de pobreza entre as mulheres e do reduzido número de mulheres nos processos de decisão económica e de decisão e representação política, as mulheres em Portugal enfrentam também um nível insatisfatório de consciência e sensibilização para as questões de género por parte do poder público central e local e nas estruturas da administração pública;

Apesar do V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação prever a realização de um estudo para avaliar o grau de utilização de linguagem inclusiva na administração pública, o próprio Plano da Igualdade, publicado no Diário da República, não respeitava as orientações do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração

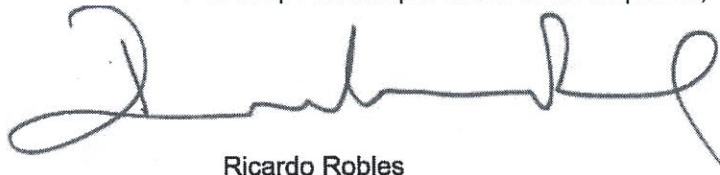
Pública publicado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género uma vez que as regras de legística da Imprensa Nacional permitem a “correção” dos textos ou seja promovem a perpetuação do uso de linguagem discriminatória.

9. A jornalista Andreia Sanches, num artigo publicado no jornal Público em Janeiro de 2014 aponta que na lei orgânica da Presidência do Conselho de Ministros, de 2007, no artigo 4.º, lê-se que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género deverá ser dirigida por um presidente, coadjuvado por um vice-presidente sem mencionar a hipótese de ser nomeada uma presidente ou uma vice-presidente, apesar de até à data terem sido sempre mulheres a liderar a Comissão;
10. A negligência do governo em respeitar o uso de uma linguagem inclusiva, em que ambos os sexos sejam mencionados de forma igual e paralela, tem como expoente máximo o cartão de cidadão. A obtenção do cartão de cidadão é obrigatória para todos os cidadãos nacionais, residentes em Portugal ou no estrangeiro, a partir dos 6 anos de idade ou logo que a sua apresentação seja exigida para o relacionamento com algum serviço público. O cartão de cidadão é por definição um documento autêntico que contém os dados de cada cidadão relevantes para a sua identificação mas que na verdade não respeita a identidade de 5.515.578 cidadãs, mais de metade da população;
11. Encontra-se publicado um Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, disponível in <http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACAO/PUBLICACOES/LINGUAGEM.PDF>

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que:

1. Progressivamente altere todos os seus programas e regulamentos, todas as publicações municipais, todos os documentos e formulários de todos os serviços tutelados pelo município para que adoptem uma linguagem verdadeiramente inclusiva;
2. Cumpra as recomendações do Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública, recorrendo ao uso de linguagem não discriminatória de género.

P'lo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,



Ricardo Robles